



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/PE

ESCLARECIMENTO DE PONTOS RELEVANTES INDICADOS POR ALGUNS LICITANTES

1. Do faturamento de Notas Fiscais pela Matriz e filiais:

R - Quando um dos estabelecimentos que constituem a pessoa jurídica participa da etapa pré-contratual (licitação), todos os demais que a integram estão aptos a executar as obrigações contratuais. Se for a própria matriz quem irá executar o objeto licitado, toda a documentação de habilitação a ser apresentada deverá ser expedida em nome da matriz. Por outro lado, se for uma das filiais quem irá efetivamente se obrigar perante a Administração, toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada em nome dessa filial. Esse entendimento está presente no Relatório e Voto dos Acórdãos 1923/2003 – TCU – 1ª Câmara e 652/2007 – TCU – Plenário. Portanto, desde que comprovada na fase de habilitação a regularidade fiscal de ambas, poderão ser emitidas as notas fiscais tanto pela matriz quanto pela filial, de acordo com a natureza do objeto a ser faturado e de forma separada (hardware/software e serviços), em função da distinta incidência fiscal aplicável.

2. Da exigência de atestados de capacidade técnica e documentos complementares:

R – A princípio só serão exigidos, para qualificação-técnica, os Atestados indicados no Edital. Em caso de necessidade de comprovação complementar ou dúvida na autenticidade de documentos, poderá ser aberta diligência (**art. 43, § 3, da Lei 8.666/93**) para solicitar documentos complementares (cópia de contratos, notas fiscais, etc.).

3. Da comprovação da origem dos bens importados:

R – O III, art. 3º, do Decreto nº 7.174/2010, prevê que deverá conter no Edital/Anexos exigência de comprovação da origem dos bens importados (se for o caso) e da quitação dos tributos de importação a eles referentes. Sendo assim, no momento da entrega, o licitante não poderá ocultar valores relativos ao bem adquirido, sob o pretexto de se tratar de informação confidencial ou de segredo de comércio e indústria. Cabe frisar que esta documentação ficará de posse apenas desta Administração e dos órgãos de controle, caso seja demandado, não sendo publicizada ao público em geral. A ocultação dos valores dos bens inviabiliza a verificação do recolhimento adequado dos tributos envolvidos na operação. No entanto, caso exista, no mesmo documento, bens não relacionados ao objeto desta licitação, é facultado ao licitante a ocultação dessas informações.

4. Da assistência técnica por terceiro credenciado:

R - Como é comum no mercado de TIC, as fabricantes dispõem de rede credenciada de assistência técnica para atendimento em todo o Território Nacional. Sendo assim, e levando em consideração a aptidão técnica e responsabilização da Contratada pelo fiel cumprimento das obrigações exigidas, é permitida a eventual prestação de serviços durante a vigência do Contrato a ser realizado por uma das credenciadas do fabricante da solução ofertada, sob sua total responsabilidade. Essa é uma prática amplamente difundida no mercado em epígrafe.

5. Da substituição dos equipamentos com avarias ou defeitos:

R – O Item 9.1.3 do Termo de Referência prevê, como obrigação da contratada, a Substituição, reparação ou correção, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, do objeto com avarias ou defeitos. Ressalta-se que essa obrigação, logicamente, não valerá para as hipóteses em que tenha sido provocada por uso inadequado pela Contratante ou seus prepostos, comprovado através de laudo técnico. No tocante ao desgaste natural, não se aplicará, visto que, em caso de identificação de defeitos/avarias, será solicitada a imediata substituição do equipamento, sem a sua utilização por parte da Contratante.

6. Da observância aos ditames da lei nº 13.709/708 (LGPD):

R - Para a execução do objeto licitado, o Licitante não exercerá nenhum tipo de controle, armazenamento e tampouco tratamento de dados pessoais pertencentes à base deste Órgão, que se encontram em camadas sistêmicas diversas de qualquer acesso do Licitante. Sendo assim, caso o Licitante tenha eventual acesso aos dados pessoais, ocorrerá em caráter incidental e excepcional, comprometendo-se desde já a dar o devido tratamento dos dados pessoais envolvidos exclusivamente no atendimento do objeto desta contratação e em consonância com a legislação aplicável.

7. Da retenção de obrigações previdenciárias no momento do pagamento:

Diante da inexistência de alocação de mão de obra para a prestação de serviços de forma direta, dedicada, exclusiva e continuada para a execução do objeto contratual, não haverá exigência objetiva para o cumprimento de retenções previdenciárias no âmbito deste Contrato, referente à cessão de mão de obra, nos termos do artigo 31 da Lei nº 8.212 de 1991. No entanto, o Setor de Pagamento do órgão promoverá as retenções previstas na IN RFB nº 1234/2012, no ato de pagamento da Nota Fiscal.

8. Da utilização de software de envio automático de lances (robô):

No modelo de disputa do Decreto Federal nº 10.024/19, esse tipo de software perde a utilidade. O oferecimento de lance em curto espaço de tempo não traz mais praticamente vantagem alguma, dado que a etapa de lances não se encerra aleatoriamente e de surpresa. No modo de disputa aberto e fechado (adotado nesta licitação), encerrada a etapa de lances, aos autores dos melhores lances ainda podem oferecer lances derradeiros, em cinco minutos. O software, a despeito de ainda ser útil, neste modo de disputa, não será determinante, em razão dos cinco minutos para o oferecimento da proposta derradeira. Nesse sentido, atualmente, essa tecnologia não se mostra mais eficiente para obter vantagem nas licitações, após as mudanças promovidas pelo Ministério da Economia na última década.

9. Da divergência de quantidades do Termo de Referência e do Modelo de Proposta:

R- De fato havia uma divergência nas quantidades mencionadas no Modelo de Proposta, que foi devidamente retificado. Entretanto, ressalta-se que se trata apenas de um modelo de referência, que visa padronizar os documentos. Frisa-se inclusive que empresas distintas podem vencer grupo/itens distintos e precisarão adequar o modelo proposto, de acordo com a configuração final da licitação. Ressalta-se que havendo divergências de informações entre o Termo de Referência e outros documentos secundários, prevalecerá sempre o constante no Termo de Referência.

10. Dos percentuais das sanções administrativas (multa):

R- Os percentuais constantes no 4, ii, Item 17.2 do Termo de Referência, foram reconsiderados, considerando a gravidade da ação e o caráter disciplinador da sanção, de maneira a não gerar prejuízos insuportáveis para a futura CONTRATADA, nos casos de inadimplemento contratual. Não vinga a sugestão de uma das licitantes de adotar critério que considera a aplicação da multa sobre a parcela do contrato concernente ao fornecimento de serviços e dividido pelo número de meses da vigência (60 meses). Ressalta-se que o objeto desta licitação é a aquisição de equipamentos de TIC e que a vigência da contratação prevista é de 12 meses. Logo que for entregue e instalados os equipamentos (se for o caso), bem como recebidos definitivamente, o pagamento será realizado. A despeito do objeto ser a aquisição de equipamentos, a previsão de instrumento contratual é necessária em virtude de obrigações futuras

(garantia e assistência técnica), do valor significativo e dos riscos envolvidos.

11. Do faturamento para materiais e para serviços:

R - Por se tratar do fornecimento de bens, com prestação de serviços auxiliares, a CONTRATADA deverá realizar faturamento da parte dos equipamentos através de nota fiscal de mercadorias e a parte da serviços (software, instalação, garantia/suporte) através de nota fiscal de serviços, de acordo com a legislação vigente, desde que para cada item a soma da nota fiscal de mercadoria e serviços totalizem o preço apresentado na proposta para o respectivo item.

12. Do prazo de entrega:

R- Considerando as alegações apresentadas no tocante às dificuldades em relação ao prazo exíguo inicialmente previsto, informa-se que o referido prazo foi estendido para até 120 dias (Grupo 1) e até 60 dias (Itens 4 e 5), conforme Item 7 do Termo de Referência.

13. Do local do faturamento da venda:

R – O faturamento de venda deverá ser feito em nome da Unidade emissora da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento. Exemplificando, se a Nota de Empenho for emitida pela Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco - SR/PF/PE (Órgão Gerenciador da Licitação), CNPJ sob o nº 00.394.494/0033-13, a Nota Fiscal deverá ser emitida em seu nome, visto que será a Unidade Responsável pelo pagamento. Em contrapartida, se a Nota de Empenho for emitida pela Coordenação Geral de Administração (Órgão Participante - UASG 200334), situada na Sede da Polícia Federal em Brasília-DF, a Nota Fiscal será emitida em seu nome, visto que se trata da Unidade Gestora Responsável. Cabe esclarecer que a SR/PF/PE é apenas o órgão gerenciador da licitação, mas cada unidade gestora envolvida (SR/PF/PE e COAD/DLOG/PF) celebrará seus próprios contratos administrativos, visto que ambas possuem autonomia financeira e orçamentária.

14. Da não aplicação da margem de preferência:

R - Não haverá aplicação da margem de preferência prevista no art. 3º, da Lei nº 8.248, de 1991, visto que não há Decreto vigente, para o objeto em epígrafe, conforme consulta (<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/mdic/competitividade-industrial/margem-de-preferencia-nas-compras-publicas/legislacao-sobre-margem-de-preferencia>). Ademais, o Sistema Compras.gov não permite a ativação do benefício em itens que estão agrupados e, por esse motivo, não foi habilitado no Sistema, conforme mensagem apresentada: “Não é permitido utilizar o tratamento do Decreto 7174/2010 e Grupo por Preço Global no mesmo item.”

15. Da exigência de certificação do equipamento, conforme Portaria 170/2012/INMETRO:

R - É lícito à Administração exigir, como critério de aceitação das propostas, que os produtos de informática ofertados pelos licitantes cumpram os requisitos técnicos previstos na Portaria Inmetro 170/2012. Todavia, não pode ser exigida apenas a certificação correspondente, pois constitui modalidade voluntária de certificação, cuja emissão depende de requerimento do fabricante dos produtos, o qual não tem obrigação legal de fazê-lo. Efetivamente, não se trata de uma certificação compulsória (obrigatória), pois não é resultante do exercício do poder de polícia daquela Autarquia. Logo, é razoável que a Administração exija dos licitantes que os produtos por eles ofertados cumpram os requisitos técnicos previstos na referida norma, mas não podem ser obrigados a apresentar a certificação correspondente. Nesse sentido, serão aceitas também outras certificações similares (Ex.: IEC62368, CISPPR32, FCC, CB, IEC 61000, etc.).

16. Do detalhamento dos custos no Modelo de Proposta:

R – A empresa deverá detalhar, pelo menos, os custos dos equipamentos e da instalação, visto que a regra

é apresentação de propostas que expressem a composição de todos os custos unitários. Mas, por se tratar, essencialmente, da aquisição de equipamentos, esse detalhamento é mitigado.

17. Dos locais de entrega:

R - No Anexo II do TR - Quantidade por órgão, consta os endereços de referência para entrega, instalação e garantia, com a indicação do raio médio (em Km) para cada uma das localidades. Frisa-se que a localização das Bases GISEs demandam sigilo e só serão divulgadas à Contratada após a celebração do contrato e a assinatura dos Termos previstos em Edital.

18. Das quantidades de itens previstas para as Bases FICCOs:

R - No Item 23, do Anexo II deste Termo de Referência (Quantidade por órgão), constam as quantidades previstas para as FICCOs, sendo para o Item 1 e 5 (54 unidades), duas para cada Estado da Federação e para o Item 4, uma unidade para cada Estado da Federação. Lembor-vos que essas bases estão sediadas nas respectivas Superintendências Regionais nos Estados.

19. Do cadastro de proposta com valor acima do estimado:

R – Não há problema em cadastrar o valor inicial da proposta acima do valor de referência. Apenas após a fase de lances que só será aceita proposta com valor menor ou igual ao valor de referência, visto que se trata do valor máximo aceitável por esta Administração.

20. Dos prazos para recurso administrativo e contrarrazões:

R - Os prazos estabelecidos para apresentação da peça recursal e contrarrazões, previstos no Item 11.2.3 do Edital, são contados em dias úteis.

21. Do envio da proposta e dos documentos de habilitação:

R – Como esta licitação é regida pela Lei 10.520/02 e demais normas regulamentadoras, a empresa deverá anexar, juntamente com a proposta, os documentos de habilitação. Nas licitações regidas pela Lei 14.133/21, os documentos deverão ser anexados em cada uma das etapas, o que não é o caso deste certame.

22. Do cadastramento da proposta no Sistema:

R – Devido à limitação de caracteres, a empresa cadastrará apenas a descrição resumida da proposta, com a indicação da marca, modelo e fabricante. As informações pormenorizadas serão solicitadas no momento do Julgamento das propostas junto ao licitante que apresentar o menor preço.

23. Da validade de documentos com assinatura digital:

R- Serão aceitos, por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinadas eletronicamente pelos licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada). Ressalta-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade e tem validade jurídica.

24. Da previsão das entregas:

R - A previsão das entregas constam do Cronograma anexo ao Edital. A entrega será parcelada em quatro etapas, de maneira que a empresa consiga realizar o planejamento logístico adequado. No tocante à previsão da quantidade a ser adquirida, é provável que a Ata seja utilizada na plenitude, visto que há uma demanda grande e urgente pela Solução de TIC. Ademais, há orçamento previsto para empenho ainda no

ano corrente, para boa parte das quantidades a serem registradas em ata.

25. Dos impactos da variação cambial:

R – Esta Administração entende que a variação cambial é fator determinante no custo da Solução pretendida e uma variável bastante desafiadora, para todos os envolvidos, no tocante à manutenção da viabilidade das propostas registradas. Nesse sentido, para mitigar os efeitos do comportamento do dólar, informa-se que a vigência da Ata de Registro de Preços será de 6 (seis) meses. Ademais, esta Administração tem envidado todos os esforços para alocar os recursos necessários, de maneira que a contratação seja efetivada no menor período de tempo possível.

26. Da divulgação das alterações do Edital:

R- Todas as alterações, pedidos de esclarecimentos ou impugnações serão registrados no Sistema Compras.gov, conforme preceitua o § 2º, do Art. 23, do Decreto 10.024/2019, a fim de permitir ampla publicidade aos atos e decisões tomada pelo Pregoeiro e sua respectiva equipe.

27. Dos ajustes nas especificações técnicas:

R- O Setor Técnico promoveu alguns ajustes nas especificações anteriormente definidas, de maneira a ampliar a competitividade e esclarecer pontos que resultaram em dúvidas por parte de alguns licitantes. Essas alterações foram registradas nos documentos para facilitar a identificação por parte dos interessados na contratação.

Recife-PE, 18 de outubro de 2023.

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Polícia Federal

Mat. PF nº 21.774

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS**, Agente de Polícia Federal, em 18/10/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31942889&crc=949BA348](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31942889&crc=949BA348).

Código verificador: **31942889** e Código CRC: **949BA348**.

